



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Colares
Procuradoria Geral do Município

PARECER N. 166/2022 – PGM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/2118 – PMC.
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº. ____/2022 – CPL/PMC.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE COLARES/PA.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE VESTUÁRIO E UTENSÍLIOS DE HIGIENE A SEREM UTILIZADOS NA MONTAGEM DE KITS DE ENXOVAL DE BEBÊ, QUE COMPÕE O BENEFICIO EVENTUAL DE AUXILIO NATALIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS.

EMENTA: LICITAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. INCISO II, DO ART. 75, DA LEI Nº. 14.133/2021 E IN SEGES/ME Nº 67/2021. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE VESTUÁRIO E UTENSÍLIOS DE HIGIENE A SEREM UTILIZADOS NA MONTAGEM DE KITS DE ENXOVAL DE BEBÊ, QUE COMPÕE O BENEFICIO EVENTUAL DE AUXILIO NATALIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS. **PARECER FAVORÁVEL.**

I – DO RELATÓRIO

Fora encaminhado para esta Procuradoria, o presente processo administrativo, que visa a contratação de empresa para a aquisição de materiais de vestuário e utensílios de higiene a serem utilizados na montagem de Kits de Enxoval de Bebê, que compõe o benefício eventual de auxílio natalidade, para atender as necessidades da Secretaria Municipal De Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste aviso de contratação direta e seus anexos.

As condições da presente análise envolvem a juntada aos autos do Ofício da SEMAS/PMC, solicitando a presente contratação, termo de referência, dotação orçamentária, autorização, cotação de preços com descrição das propostas, o termo de dispensa eletrônica e seus anexos.

É o Relatório, passa-se ao parecer opinativo.

II - FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Vale ressaltar, que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito

PGMCOLARES21@GMAIL.COM

Trav. 16 de novembro, s/n – Centro.: 68.785-00. CNPJ.: 05.835.939/0001-90

"Sempre por ti lutaremos para levar-te a glória."



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Colares
Procuradoria Geral do Município

de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, desta forma, a conveniência da realização de determinada contratação fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas.

Pois bem, a Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública:

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

A obrigatoriedade da realização do procedimento licitatório é um corolário do princípio constitucional da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, I), pelo qual, todos devem receber tratamento igual pelo Estado. Evita-se, desse modo que os parceiros sejam escolhidos por critérios de amizade pessoal e outros interesses que não o da consecução da finalidade pública. Assim, o objeto imediato e próprio da licitação é evitar a ocorrência do arbítrio e do favoritismo. Segundo o constitucionalista Alexandre de Moraes, "a licitação representa, portanto, a oportunidade de atendimento ao interesse público, pelos particulares, numa situação de igualdade".

Sempre que haja possibilidade de concorrência, sem prejuízo ao interesse público, deverá haver licitação. A contratação direta, sem realização do prévio certame licitatório, somente é admitida excepcionalmente, nas hipóteses trazidas na própria lei. Tais situações, contudo, configuram-se em exceções à regra geral. A licitação é regra; a contratação direta, exceção.

Assim, retiradas as hipóteses de excepcionalidade, é obrigatória a realização do procedimento licitatório pela Administração Pública.

Em que pese à obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Colares
Procuradoria Geral do Município

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O artigo 75, da Lei nº. 14.133/2021, conhecida como nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos elenca os possíveis casos de dispensa.

Tendo em vista o valor da contratação, o responsável pelas Licitações, Compras e Contratos sugere que a aquisição se dê por dispensa de licitação, com fulcro no inciso II, do art. 75, da Lei nº. 14.133/2021, da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, vejamos:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;"

Cabe aqui certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida. Entretanto, este deve levar em consideração que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração, respeitando o princípio da economicidade.

Nesse passo, importante destacar que, com a vigência da nova lei de licitações (14.133/2021), o valor antes previsto no Decreto Federal nº 9.412/2018 de 18 de junho de 2018), de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), foi atualizado e passou a ser de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A Lei 14.133/2021, entretanto, previu a necessidade de atualização dos valores constantes na nova lei, a cada 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo. Deste modo, a cada início de ano teremos valores atualizados, resolvendo o problema da defasagem da Lei 8.666/93.

Com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2022 os limites de valores para dispensa de licitação passaram a ser de **R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos) para compras e serviços** e de R\$ 108.040,82 (cento e oito mil quarenta reais e oitenta e dois centavos) para obras e serviços de engenharia, desde que o processo de dispensa seja de acordo com a nova lei, o que é no caso dos autos.

Diante da atualização promovida pela nova lei federal, o valor teto, para formalização do presente processo, foi reajustado, ou seja, analisando do ponto de vista estritamente jurídico e considerando a necessidade de adquirir os serviços, vislumbra-se a possibilidade de aplicação do novo dispositivo para formalização de processo de dispensa, já que não há, neste momento vedação para seu uso.

Outrossim, também se observa que o processo formalizado também atende as regras do **Instrução Normativa SEGES/ME nº. 67, de 8 de julho de 2021**, que dispõe sobre



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Colares
Procuradoria Geral do Município

a realização do procedimento de contratação:

- I - a especificação do objeto a ser adquirido ou contratado;
- II - as quantidades e o preço estimado de cada item, nos termos do disposto no inciso II do art. 5º, observada a respectiva unidade de fornecimento;
- III - o local e o prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra;
- IV - o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- V - a observância das disposições previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- VI - as condições da contratação e as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- VII - a data e o horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e o endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento.

Parágrafo único. Em todas as hipóteses estabelecidas no art. 4º, o prazo fixado para abertura do procedimento e envio de lances, de que trata o Capítulo III, não será inferior a 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta.

Vale ressaltar, que procedimento foi baseado na **Instrução Normativa SEGES/ME nº. 67, de 8 de julho de 2021**, onde constatamos que o Aviso de Dispensa Eletrônica respeitou todas as obrigações acima citadas.

Além disso, fora constatada a existência de crédito orçamentário para atender o objeto da compra com a Dotação Orçamentária.

Diante de todo o exposto, o dispositivo legal citado excepciona a regra de exigência de licitação para serviços e compras com fulcro no inciso II, do art. 75, da Lei nº. 14.133/2021, da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e IN SEGES/ME Nº 67/2021, tendo em vista que a contratação necessária seja de valor inferior a R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos).

III - CONCLUSÕES

Face ao exposto, feitas as considerações desta Procuradoria Jurídica, à luz das disposições normativas pertinentes, em especial o disposto no inciso II, do art. 75, da Lei nº. 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME nº. 67/2021, esta Procuradoria **manifestase FAVORÁVEL** à legalidade da Dispensa de Licitação Eletrônica e seu Termo de Aviso de Dispensa Eletrônica e anexos, para contratação de empresa para a aquisição de materiais de vestuário e utensílios de higiene a serem utilizados na montagem de Kits de Enxoval de

PGMCOLARES21@GMAIL.COM

Trav. 16 de novembro, s/n – Centro.: 68.785-00. CNPJ.: 05.835.939/0001-90

"Sempre por ti lutaremos para levar-te a glória."



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Colares
Procuradoria Geral do Município

Bebê, que compõe o benefício eventual de auxílio natalidade, para atender as necessidades da Secretaria Municipal De Assistência Social.

Salvo melhor entendimento, é o parecer.

Colares/PA, 25 de agosto de 2022.

PEDRO ARTHUR MENDES
Assinado de forma digital por
PEDRO ARTHUR MENDES
Dados: 2022.08.25 18:13:29 -03'00'

PEDRO ARTHUR MENDES
Procurador Geral do Município de Colares/PA
Decreto 60/2021 - OAB/PA nº. 23.639